

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 18 de janeiro de 2024 às 07h51
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Patentes

Inovação é principal trava para crescimento do país 3
ECONOMIA E NEGÓCIOS | JULIANA CAUSIN

Pirataria

Em Davos, Barroso defende regular IA 5
POLÍTICA

Diário do Nordeste - Online | CE

17 de janeiro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Entenda a briga entre Nath Finanças e Nathalia Arcuri por disputa de registro de marca 7
ÚLTIMA HORA

NSC Total | SC

17 de janeiro de 2024 | Marco regulatório | INPI

O embate judicial entre empresa de SC e Luísa Sonza por uso de marca "Modo Turbo" 9
SANTA | AUTOR

Bloomberg Línea Brasil | BR

17 de janeiro de 2024 | Patentes

Apple tem nova derrota e terá de interromper vendas de relógio com sensor de oxigênio 10
TECH

Migalhas | BR

17 de janeiro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Instituto Butantan é reconhecido como Marca de Alto Renome pelo INPI 12

TecMundo | BR

17 de janeiro de 2024 | Direitos Autorais

Organização vai certificar sistemas de IA que respeitam direitos autorais 13
SOFTWARE

Inovação é principal trava para crescimento do país

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Relatório do Fórum Econômico Mundial mostra o Brasil atrás da média global em três dos quatro indicadores avaliados

JULIANA CAUSIN

A inovação - a capacidade de absorver e se adaptar a avanços tecnológicos, sociais e institucionais - é a principal trava do Brasil para garantir crescimento econômico significativo no longo prazo, avalia o Fórum Econômico Mundial.

A conclusão faz parte do relatório "The Future of Growth Framework" (Panorama para o Futuro do Crescimento), que teve a primeira edição divulgada ontem, em Davos.

O objetivo é ser uma alternativa mais abrangente para mensurar o crescimento econômico.

A premissa é a de que o Produto Interno Bruto (PIB) é insuficiente para avaliar a qualidade e a natureza do crescimento econômico.

O estudo leva em conta o PIB per capita e indicadores em inclusão, sustentabilidade, resiliência e inovação. Ao todo, 107 países foram avaliados.

Inclusão, ou seja, o quanto uma economia gera de oportunidades equânimes, e resiliência, que mede até que ponto as economias resistem a choques externos, foram os indicadores que tiveram as médias globais mais altas - 55,9 e 52,8, respectivamente, em uma escala de 0 a 100. Sustentabilidade (capacidade de a economia manter estratégia ecológica) e inovação tiveram os piores resultados gerais, com 46,8 e 45,2.

O Brasil aparece abaixo da média em três dos quatro indicadores, com destaque negativo para inovação (41,8).

Pesaram o desempenho na produção de **patentes**; registro de marcas; exportação de serviços avançados; e capital em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

No geral, o país aparece com resultado mediano e insuficiente para garantir o crescimento econômico robusto no futuro, diz Hugo Tadeu, professor e diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC) e um dos responsáveis pela avaliação do Brasil: - É preciso discutir um plano estratégico de inovação. Isso tem a ver com um Estado indutor, que discute geração de conhecimento que vai gerar riqueza lá na frente.

JUNTO COM BENIN E GANA

Entre os países que lideraram o resultado em inovação estão Suíça (80,3), Cingapura (76,4) Suécia (74,9), Dinamarca (73,4) e EUA (74,0). Em comum, países que tiveram bom resultado no indicador têm PIB per capita mais alto.

"Quanto mais os países aumentam sua capacidade de adotar e produzir novas tecnologias e modelos de negócios inovadores, mais eles podem alcançar padrões de vida mais elevados", diz o documento.

O Brasil fica atrás da média em inclusão (55,3), com destaque negativo para a alta concentração de renda, e em resiliência (55,9), que incluiu nota zero na polarização política. A pontuação mais alta é em sustentabilidade (56), puxado por energia renovável,

Continuação: Inovação é principal trava para crescimento do país

política para combustíveis fósseis e nível de recursos hídricos.

O estudo agrupou os países em blocos. O Brasil está no grupo F, de economias que constroem "inovação,

inclusão e resiliência em parâmetros baixos, com impacto ambiental comparativamente baixo", junto com Benin, Costa do Marfim, Gana, Índia, Jordânia e Quênia.

Em Davos, Barroso defende regular IA

POLÍTICA



Presidente do STF afirma que massificação da desinformação pode produzir impactos negativos para as democracias

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, defendeu ontem a regulação da inteligência artificial para lidar com os riscos que essas novas tecnologias representam hoje para as democracias.

O tema foi discutido pelo ministro durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, em um evento com integrantes do setor público europeu e americano e de empresas. Para o magistrado, uma regulação se tornou imprescindível.

- Tem muitos riscos da inteligência artificial. Um deles é o impacto sobre as democracias, as potencialidades da desinformação e do deep fake (**falsificação** de áudio e vídeo) - afirmou Barroso a jornalistas. - A democracia é feita da participação esclarecida das pessoas, portanto, um mecanismo que possa massificar a desinformação pode produzir um impacto extremamente negativo sobre a liberdade das pessoas e sobre a democracia.

Em um painel, Barroso também afirmou que o Brasil pode perder a soberania do território amazônico para o crime organizado.

Segundo o presidente do STF, o risco se dá pela relevância que a região amazônica passou a ter no comércio internacional de drogas, com municípios situados nas rotas hidroviárias e rodoviárias usadas pelos traficantes.

Barroso disse também que a Amazônia é vítima de um conjunto amplo de crimes ambientais. Neste cenário, ele expressou preocupação com a "contaminação" do ambiente político e econômico, já que "madeireiros, garimpeiros e grileiros têm votos ou se candidatam".

Dentre as atividades criminosas citadas pelo ministro no discurso estão desmatamento, queimadas, extração e comércio ilegal de madeira, mineração ilegal e grilagem de terra.

- A destruição da floresta costuma seguir uma dinâmica constante. A extração ilegal de madeira, queimada, ocupação por fazendeiros e produtores (gado e soja) e tentativa de legalização da área pública grilada - explicou o ministro.

LIDERANÇA AMBIENTAL

Barroso defendeu a mineração industrial legal e fiscalizada, desde que acompanhada de estudo de impacto ambiental e medidas preventivas e reparatórias adequadas. O ministro destacou que, embora não seja inofensiva, a prática pode contribuir para a riqueza da região e "produz muito menos impacto sobre a floresta do que outras atividades, como a pecuária, a agricultura, a exploração de madeira e o garimpo".

Na avaliação do ministro, o Brasil não tem como competir para se tornar referência mundial industrial

Continuação: Em Davos, Barroso defende regular IA

ou tecnológica no cenário atual, mas "tem todo o potencial para se tornar a grande liderança ambiental" por sua aptidão energética.

- Sobretudo, temos a Amazônia e os indispensáveis serviços ambientais que presta a toda a humanidade.

Precisamos saber preservá-la, dar sustentabilidade aos povos da região e ter o reconhecimento in-

ternacional, financeiro, inclusive, pelo mérito de cumprir tais tarefas com sucesso - concluiu.

Entenda a briga entre Nath Finanças e Nathalia Arcuri por disputa de registro de marca

ÚLTIMA HORA



Nath Finanças e Nathalia Arcuri, influenciadoras de planejamento financeiro, estão trocando farpas publicamente pelo registro de uma mesma marca, chamada "Nath Play". "Finanças" alega que Arcuri tenta prejudicá-la há pelo menos quatro anos. Já Arcuri diz que está passando por "provações" na carreira digital.

"É muito sério. A outra criadora de conteúdo de finanças, que não é de hoje que tenta me prejudicar de alguma forma, vem com o meio jurídico para tentar atrapalhar meu trabalho. Nath Finanças é minha marca registrada desde 2020. O problema agora é o Nath Play [serviço de streaming criado por ela], que também tenho registrado no [Inpi](#) [Instituto Nacional da Propriedade Industrial] desde 2022 em uma classe e agora tentei adicionar em outros quesitos e dia 8 de janeiro de 2024 a outra criadora [Arcuri] colocou advogado alegando ter direito sobre o Nath Play", escreveu Nath Finanças nas redes sociais.

A influenciadora acredita que esteja incomodando a concorrente por falar sobre educação financeira acessível, com pessoas de baixa renda.

"Não é de hoje que ela [Arcuri] tenta me prejudicar. Ela tenta pegar o público do Nath Finanças, enquanto eu falo de educação financeira acessível. São quatro

abpi.empauta.com

anos nisso", disse "Finanças" em vídeo. Veja:

Além disso, "Finanças" chegou a dizer que Arcuri "vem usando meios jurídicos" para prejudicá-la desde 2020, quando a influenciadora não aceitou fazer uma gravação com ela sobre racismo. "Tô cansada de fazer a política de boa vizinhança. Me chamou pra falar sobre racismo e não sobre finanças no seu perfil em 2020, na época em que George Floyd morreu. Agora, em 2024, quer tentar atrapalhar minha plataforma Nath Play que já tá registrada desde 2023 no meu nome?", criticou ela no X, antigo Twitter.

Arcuri rebate

Nos 'Stories' do Instagram, Nathalia Arcuri afirmou que passa por "provações" desde que começou a investir em conteúdo para a internet.

"Já passei por momentos de provação divina várias vezes. E fico pensando: quantas provações divinas vamos ter ao longo da vida? Quando a gente está no caminho de fazer o bem para muita gente, quantas provações teremos que superar? Quanta firmeza de caráter teremos que ter? Haja firmeza de caráter para aguentar algumas coisas que a internet nos proporciona. Mas aí eu paro e lembro tudo que conquistei na minha vida e na de milhões de pessoas, que sempre foi meu objetivo. Eu queria que o assunto 'finanças' estivesse na mesa de todas as famílias. Porque, como repórter, eu via muita tragédia acontecer", disse a influenciadora.

A jornalista lembrou ainda da vez em que sugeriu um quadro sobre finanças na emissora em que tra-

Continuação: Entenda a briga entre Nath Finanças e Nathalia Arcuri por disputa de registro de marca

balhava, a RecordTV, e outro profissional foi contratado para comandar. "Quando pegaram minha ideia, em que eu queria fazer um reality show, foi um golpe baixo, lá em 2012, mas não fui esbravejar com o chefe. Me perguntei: 'O que essa pessoa tem?'. E comecei a me especializar. Se tem algum aprendizado que tiro disso é que, quanto mais você cresce, mais provações aparecem", desabafou.

O embate judicial entre empresa de SC e Luísa Sonza por uso de marca "Modo Turbo"

SANTA



Uma empresa de Blumenau e a cantora Luísa Sonza vivem um embate judicial por um processo de uso da marca "Modo Turbo" em uma linha de esmaltes assinada pela artista. Este é o nome da empresa blumenauense e também o título de uma canção dela com e , lançada em 2020.

No processo, movido no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a empresa pediu indenização de R\$ 170 mil por danos morais. A Modo Turbo Royalties e Licenças é registrada em Blumenau e alegou, na ação, ser dona da marca Modo Turbo no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) e já ter feito negócios antes do lançamento da música.

A cantora, em defesa, alegou que os produtos licenciados foram feitos por uma marca de beleza.

A empresa de beleza chegou a ter que recolher todos os produtos com a marca "Modo Turbo". Ela alegou que a cantora cedeu o direito de uso do nome da música nos esmaltes. No entanto, músicas caem na lei de **direito** autoral (9.610/98), enquanto a questão do uso de marca é regida pela lei 9.279/96.

Depois do pedido de indenização, o processo mudou de relator. O desembargador Jorge Tosta, novo relator do caso, alegou, entretanto, que a Modo Turbo Royalties e Licenças não comprovou ter, de fato, o re-

gistro do nome de forma oficial, no julgamento realizado na última quinta-feira (11).

O dono da empresa, José Martins Neto, afirma que, apesar do que disse a equipe de Sonza no processo, ela não seria a criadora do termo "Modo Turbo". Ele afirma que a expressão já era usada pela Mattel, na franquia Max Steel, nos anos 1990.

Agora, tanto a empresa blumenauense quanto a equipe da cantora terão que apresentar mais provas no processo.

A reportagem entrou em contato com a equipe de Luísa Sonza, que não respondeu os questionamentos até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto.

Apple tem nova derrota e terá de interromper vendas de relógio com sensor de oxigênio

TECH



Bloomberg - A Apple () precisará interromper a venda de seus smartwatches Series 9 e Ultra 2 com um medidor de oxigênio no sangue nos Estados Unidos, em mais um revés legal em sua disputa de patentes com a Masimo ().

O Tribunal de Apelações para o Circuito Federal dos Estados Unidos recusou-se nesta quarta-feira (17) a estender a decisão que liberou temporariamente as vendas dos dispositivos depois que Comissão de Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês) proibiu a importação dos equipamentos.

A decisão significa que a empresa terá que parar de vender os relógios com o recurso de medição de oxigênio enquanto a empresa recorre da proibição da ITC - um processo que a Apple acredita que pode durar um ano ou mais.

Com isso, a Apple provavelmente terá que recorrer ao seu plano de contingência: vender relógios sem a ferramenta de oxigênio no sangue que, segundo reguladores, viola de patentes da Masimo.

A Apple desenvolveu uma solução de software para contornar a proibição, eliminando a função de seus dispositivos. Na semana passada, a agência de Proteção de Fronteiras e Alfândega dos EUA aprovou os

modelos redesenhados do Apple Watch que não tinham o leitor de oxigênio.

As ações da Masimo subiram até 2,8% após a decisão, atingindo o nível intradia mais alto em mais de cinco meses.

A batalha judicial ameaça uma das maiores fontes de receita da Apple no mercado americano, uma situação sem precedentes para a gigante de tecnologia.

Os relógios são peças centrais da divisão de acessórios, casa e vestuário da empresa, uma área que gerou mais de 10% da receita no ano passado, ou quase US\$ 40 bilhões.

Por que as vendas do Apple Watch foram interrompidas? A ITC decidiu em outubro que os modelos mais recentes dos relógios da Apple violam patentes relacionadas à medição de oxigênio no sangue. Isso levou a Apple a interromper as vendas dos smartwatches pouco antes do Natal. Uma decisão temporária permitiu que a empresa retomasse a comercialização dos produtos no final do mês passado.

Segundo a ITC, o prejuízo que a Apple alegou que sofreria com a proibição "não é incalculável, mas sim especulativo". A Apple sustenta que a decisão da ITC é errônea e deve ser revertida.

A Masimo pediu ao tribunal a rejeição do pedido de prorrogação, argumentando que a Apple teve quase três anos para antecipar a proibição e "não pode reclamar das consequências de sua própria falta de preparação para a exclusão".

Continuação: Apple tem nova derrota e terá de interromper vendas de relógio com sensor de oxigênio

A Apple contestou os argumentos da ITC e da Masimo de que sua capacidade de continuar vendendo o modelo Apple Watch SE, que não viola as patentes, significa que qualquer dano reputacional pela proibição não pode ser verdadeiramente irreparável.

Ela também criticou o produto que a disputa comercial visava proteger, o relógio W1 da Masimo, afirmando que ele não existia quando a Masimo apresentou sua queixa, não foi colocado no mercado de consumo e é vendido apenas em quantidades insignificantes "bem mais de dois anos após o início desta investigação com a premissa falsa de que a Masimo tinha uma indústria doméstica estabelecida".

O tribunal de apelações disse em uma breve ordem na quarta-feira: "não chegamos a uma conclusão sobre os méritos do recurso". O painel disse que a suspensão temporária expirará às 17h, horário do leste

dos EUA, na quinta-feira (18).

Representantes da Apple e da Masimo não responderam imediatamente a pedidos de comentários.

A Apple, sediada em Cupertino, na Califórnia, adicionou o sensor de oxigênio no sangue aos seus relógios em 2020 com o modelo Series 6.

A Masimo, uma empresa de dispositivos médicos, processou a Apple naquele ano, alegando que a fabricante do iPhone violou várias de suas **patentes** de tecnologia de saúde e roubou seus segredos comerciais.

© 2024 Bloomberg L.P.

Instituto Butantan é reconhecido como Marca de Alto Renome pelo INPI



Reconhecimento Instituto Butantan é reconhecido como **Marca** de Alto Renome pelo **INPI** Di Blasi, Parente & Associados atuou para que a marca Instituto Butantan fosse reconhecida pelo **INPI**. Da Redação quarta-feira, 17 de janeiro de 2024 Atualizado às 10:17 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O escritório Di Blasi, Parente & Associados, especializado em Propriedade Intelectual, atuou para que a marca Instituto Butantan fosse reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) como marca de Alto Renome, que, além de exclusividade em todas as classes, reconhece a forte reputação e prestígio nacional da marca.

"Agora, com esse reconhecimento, terceiros não poderão, com exceção de marcas já concedidas, tentar registrar ou usar o elemento BUTANTAN para qualquer produto ou serviço, tamanha é a capacidade de associação do público em geral desta marca", afirma Érica de Souza, advogada do escritório que atuou nes-

sa assessoria.

Gabriel Di Blasi, sócio do escritório, conclui: "Esse é o maior reconhecimento de reputação e fama que uma marca pode adquirir, e reflete não apenas a excelência dos produtos e serviços oferecidos pelo Instituto Butantan, mas também a dedicação e compromisso contínuo com a qualidade e a inovação".

Instituto Butantan.(Imagem: Divulgação Butantan)

Organização vai certificar sistemas de IA que respeitam direitos autorais

SOFTWARE



Modelos de inteligência artificial generativa que respeitam os **direitos** autorais dos criadores de conteúdos utilizados para treinamento começaram a receber um selo de certificação nos Estados Unidos. A organização sem fins lucrativos Fairly Trained é uma das pioneiras no trabalho.

Conforme anunciou a iniciativa nesta quarta-feira (17), o objetivo é diferenciar as empresas de IA generativa que solicitam autorização para o uso de dados protegidos daquelas que não o fazem. No momento, as leis americanas não obrigam os desenvolvedores a informar a fonte dos conteúdos, mas há propostas em tramitação sugerindo mudanças.

ChatGPT: a ferramenta é legal ou não? Selo que acompanhará as IAs que respeitam os **direitos** autorais. Fonte: Fairly Trained/Divulgação

O primeiro selo emitido pela organização é a certificação de Modelo Licenciado, concedida às empresas que não utilizam dados protegidos sem autorização dos proprietários. As licenças podem ser personalizadas, abertas permissivas e de outros tipos, mas não serão concedidas a desenvolvedores que alegam "uso justo" para seus treinos.

Neste primeiro momento, nove empresas de IA generativa já receberam o selo Fairly Trained, como a

Beatoven.AI, BRIA AI, LifeScore e Tuney. Trata-se de startups que oferecem ferramentas de geração de imagem por descrição textual, música e voz.

Processos por violação de direitos autorais Embora não haja obrigação legal de pedir autorização para o uso de dados em sistemas de IA generativa nos EUA, atualmente, a utilização desenfreada dessas informações não tem agradado aos criadores de conteúdos. O resultado é o crescimento do número de processos judiciais contra as empresas do ramo.

Um dos casos de maior repercussão envolve a OpenAI, startup por trás do popular ChatGPT, que está sendo processada pelo The New York Times. O jornal alega que a desenvolvedora utilizou materiais de sua autoria sem autorização para o treinamento de chatbots.

: Dona do ChatGPT diz que é 'impossível' treinar IA só com domínio público; entenda Na ação, que também inclui a Microsoft, uma das principais investidoras da dona do ChatGPT, a publicação pede a suspensão imediata do uso dos seus conteúdos no sistema de IA. Já a desenvolvedora se defende dizendo que não há como treinar o mecanismo sem utilizar conteúdos feitos por humanos e afirma respeitar as leis de **direitos** autorais.

A Fairly Trained foi fundada pelo antigo vice-presidente da Stability AI, Ed Newton-Rex. Ao sair do antigo emprego, o executivo disse que a tecnologia explorava os criadores e acabaria competindo com o trabalho feito por eles.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 10

Pirataria

5

Marco regulatório | INPI

7, 9, 12

Direitos Autorais

9, 13